

Inflação: um problema ainda sem solução

A inflação brasileira estava prestes a estourar a barreira dos 100% ao ano quando os militares subiram ao poder para inaugurar um período de reformas econômicas. A inflação saiu então de 88,2% ao ano entre março de 63 e março de 64 para 68,5% entre abril de 64 a abril de 65. Em 64, ela ficou em 91,9% para cair a 34,5% no ano seguinte. Até 74, quando estoura a primeira crise do petróleo, a inflação estava neste mesmo nível, depois de ter chegado a 15,7% em 72, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas.

Em 1984, quando os militares deixaram o poder, a inflação subiu a 223% ao ano e dali em diante, as taxas só fizeram subir (hoje está em 3.400%). A exceção foi o ano do Cruzado (86), quando ela cravou os 65%. Para derubar a inflação no primeiro período do regime militar, foram essenciais as reformas de Bulyhões e Campos, diz o ex-ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen. Mas, por que afinal, não se conseguiu combater a inflação naquele período? Velloso, colega de ministério de Simonsen no Governo Geisel, explica:

— Depois da crise do petróleo, a alternativa era a da recessão com maxidesvalorização. Com isso, conseguiríamos reduzir as importações, aumentar as exportações e então viria o equilíbrio

da balança comercial. Mas seria temporário. Era difícil fazer uma recessão com o Brasil crescendo 10% ao ano. Em 73, cresceria 14%. E havia uma abertura política em andamento.

Simonsen não tem dúvidas de que a adaptação à crise externa engargalou o país:

— Hoje o Campos diz que o endividamento foi excessivo, mas, ao que se sabe, não havia naquele tempo investimentos diretos — afirma Simonsen.

O país cresceu e se modernizou, mas bilhões de dólares foram gastos em projetos superdimensionados como a Ferrovia do Aço e o programa nuclear, como frisa Velloso. Galvêas acha que Açominas foi desnecessária, mas não lamenta os US\$ 3 bilhões gastos na Ferrovia do Aço. O Proálcool levou quase US\$ 10 bilhões e a hidrelétrica de Itaipu, US\$ 20 bilhões.

Após a crise, a justificativa é de que não havia como parar os projetos e o modelo de refinanciamento da dívida estava esgotado, lembra Galvêas. Resultado: sobraram ao país a dívida e as obras inacabadas. E uma necessidade de ampliar investimentos em áreas básicas.

— Concordo que houve relaxamento na parte social naquele período — avalia Galvêas, assessor do ministro Gouvêa de Bulyhões na Fazenda em 64.